

FENÔMENOS LINGUÍSTICOS E FATOS DE LINGUAGEM

ANGELA MARIA GOMES
ORGANIZADORA

FENÔMENOS LINGUÍSTICOS E FATOS DE LINGUAGEM

ANGELA MARIA GOMES
ORGANIZADORA

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F339	Fenômenos linguísticos e fatos de linguagem [recurso eletrônico] / Organizadora Angela Maria Gomes. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-760-4 DOI 10.22533/at.ed.604192511 1. Educação. 2. Língua portuguesa. 3. Linguística. I. Gomes, Angela Maria. CDD 410
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Sendo a Linguística conceituada como a ciência que estuda os fatos da linguagem, entendê-la, assim como seus fenômenos, é crucial, visto que a língua, como ferramenta de comunicação, compreensão e atuação no mundo, abrange dimensões que interessam a todas as atividades humanas, ainda mais no que abrange a área da educação.

Fenômenos Linguísticos e Fatos da Linguagem apresenta reflexões perpassando a heterogeneidade social, no que abrange a variação linguística, que nem sempre é devidamente reconhecida e pode levar ao preconceito e à discriminação. Dentro dessas diversidades linguísticas, as quais representam as variações de acordo com as condições sociais, culturais, regionais e históricas em que é utilizada, aqui são analisadas desde, em pesquisas filológicas, a historiografia da linguística no Brasil, passando pela análise da língua em um único núcleo familiar até setores mais específicos como o ambiente jurídico, onde o operador do Direito tem os argumentos por ele utilizados como principal instrumento de trabalho. Falando em argumento, um recorte de uma pesquisa de mestrado apresenta como objeto de ensino da Língua Inglesa o gênero textual: “comentário argumentativo do Facebook”.

A educação está ligada a mudanças, a reorganizações, a reaprendizagens, a novos olhares. No que se refere especificamente à linguagem não é diferente. Assim, há a necessidade de se ter um novo olhar multidisciplinar também à educação inclusiva. Aqui são apresentados olhares em diferentes perspectivas: aliados a neurociências; à luz da produção linguística em Libras; numa perspectiva racial e social, associando aulas de Língua Portuguesa ao combate ao racismo estrutural imerso na sociedade, que por meio da linguagem, também gera nulidade de seus produtores e de sua construção de identidade; através de concepções de língua(gem) desenvolvidas historicamente que influenciaram a educação de surdos.

Finalmente, não há como discorrer sobre fenômenos linguísticos sem passar pela escrita. Baseando-se nas concepções de escrita que a definem como dom, como consequência e como trabalho, sendo a última proposta tanto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como pelas Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs) de Língua Portuguesa, aqui encontramos uma análise de qual o tipo de proposta de escrita predominante em comandos de coleções de livros didáticos para o Ensino Fundamental.

Para os estudiosos da ciência, este livro traz pesquisas que, além de contribuir significativamente para a construção do conhecimento, nos levam a refletir sobre fenômenos e fatos tão inerentes a aquilo que faz parte do cotidiano de qualquer um: a linguagem.

Angela M. Gomes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“COMENTÁRIO ARGUMENTATIVO DO FACEBOOK” COMO GÊNERO TEXTUAL	
Daniele Conde Peres Resende Eliana Merlin Deganutti de Barros Rodrigo de Souza Poletto	
DOI 10.22533/at.ed.6041925111	
CAPÍTULO 2	11
A POLÍTICA DO ARMAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL À LUZ DA ANÁLISE FILOLÓGICA NOS TEXTOS BÍBLICOS	
Renato Faria da Gama Alessandra Rocha Melo Alonso Castro Colares Junior Sandro Reis Rocha Barros Rosalee Santos Crespo Istoe	
DOI 10.22533/at.ed.6041925112	
CAPÍTULO 3	17
ANALISE DE COMANDO DE ESCRITA PRESENTES NOS LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES FINAIS	
Cássio Joaquim Gomes Elaine Aparecida dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6041925113	
CAPÍTULO 4	34
AQUISIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESCOLAS INCLUSIVAS E BILÍNGUES	
Luiz Antonio Zancanaro Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.6041925114	
CAPÍTULO 5	46
AS DIFERENÇAS E A DIVERSIDADE DA LÍNGUA E SEUS REFLEXOS SOBRE O PRECONCEITO E A INTOLERÂNCIA	
Juliete Maganha Silva Eliana Crispim França Luquetti Shirlena Campos de Souza Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.6041925115	
CAPÍTULO 6	58
AS FONTES DO DE GESTIS MENDI DE SAA E O TRABALHO FILOLÓGICO DE ARMANDO CARDOSO	
Leonardo Kaltner	
DOI 10.22533/at.ed.6041925116	
CAPÍTULO 7	71
CONCEPÇÃO DE LINGUA(GEM) NO DECORRER HISTÓRICO E SEUS EFEITOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL	
Rogers Rocha Lourival José Martins Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6041925117	

CAPÍTULO 8	81
DO BUROCRATÊS À POPULARIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: A SOCIOLOGIA DE PODER EXPLICANDO A LINGUAGEM CIDADÃ	
Humberto Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.6041925118	
CAPÍTULO 9	96
EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB A PERSPECTIVA DE UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR	
Cássia da França Gomes Baptista	
Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza	
Fernanda Castro Manhães	
Sebastião Duarte Dias	
Lucas Capita Quarto	
Fabio Luiz Fully Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.6041925119	
CAPÍTULO 10	105
ESTRATÉGIAS DE ESCRITA POR ALUNOS SURDOS NO CONTEXTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ESPANHOL COMO L3	
Rogers Rocha	
Lourival José Martins Filho	
DOI 10.22533/at.ed.60419251110	
CAPÍTULO 11	119
HETEROGENEIDADE DA ESCRITA NA 5ª SÉRIE: MECANISMOS DE JUNÇÃO E TRADIÇÃO DISCURSIVA EM FOCO	
Elaine Cristina Ferreira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.60419251111	
CAPÍTULO 12	131
LINGUAGEM JURÍDICA	
Adelcio Machado dos Santos	
Evelyn Scapin	
DOI 10.22533/at.ed.60419251112	
CAPÍTULO 13	147
METODOLOGIAS ATIVAS E <i>ENGLISH FOR SPECIFIC PURPOSES</i> : UMA EXPERIÊNCIA SOBRE AUTONOMIA E APRENDIZAGEM	
Rafaela Sepulveda Aleixo Lima	
Laís Teixeira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.60419251113	
CAPÍTULO 14	160
MONUMENTO SANTA CRUZ: UMA NARRATIVA DO SILÊNCIO	
Rafael Garcia Madalen Eiras	
DOI 10.22533/at.ed.60419251114	

CAPÍTULO 15	171
PISTAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A INTERAÇÃO E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CURSOS A DISTÂNCIA	
Débora Cristina Longo Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.60419251115	
CAPÍTULO 16	183
QUANDO OS FENÔMENOS FONOLÓGICOS SE ENCONTRAM - O FALAR FORTALEZENSE	
Giorgya Lima Justy de Freitas	
Patrícia Carla Oliveira Marinho Santana	
DOI 10.22533/at.ed.60419251116	
CAPÍTULO 17	189
UM OLHAR ÉTNICO-RACIAL NAS PRÁTICAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E DISCURSIVA	
Katuscia Lucas Severino	
DOI 10.22533/at.ed.60419251117	
CAPÍTULO 18	203
A ESTABILIDADE DO USO DAS PREPOSIÇÕES A E EM LIGADAS A CIRCUNSTÂNCIAS LOCATIVAS NO PORTUGUÊS MODERNO E SEU COMPORTAMENTO NO BRASIL	
José Carlos Alves de Azeredo Júnior	
Thiago Soares de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.60419251118	
SOBRE A ORGANIZADORA	217
ÍNDICE REMISSIVO	218

AS FONTES DO DE GESTIS MENDI DE SAA E O TRABALHO FILOLÓGICO DE ARMANDO CARDOSO

Leonardo Kaltner
(UFF)

INTRODUÇÃO: AS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL QUINHENTISTA

RESUMO: Em nossa apresentação, debateremos o trabalho filológico de Pe. Armando Cardoso com as obras de S. José de Anchieta (1534-1597), SJ, tendo como objetivo específico analisar o trabalho de edição crítica da obra novilatina de Anchieta. Debateremos o método filológico empregado por Armando Cardoso, seu levantamento de fontes, trabalho crítico e tradução dos poemas escritos em latim por Anchieta, em suas diversas publicações ao longo de décadas. Uma das questões a ser observada é relativa às fontes empregadas nas sucessivas edições do poema *De Gestis Mendi de Saa*, poema épico e histórico sobre Mem de Sá, que ocupa lugar de relevo na produção anchietana. Debateremos, além destas questões descritivas e analíticas, a atuação de Armando Cardoso como filólogo e a sua inserção na historiografia da linguística no Brasil, como referência nos estudos anchietanos.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Linguística, Estudos anchietanos,

O corpus anchietano está inserido no seu contexto de produção e primeira recepção, o Brasil quinhentista. A fim de iniciarmos considerações teórico-metodológicas sobre as possibilidades de abordagem de sua obra, e o trabalho moderno de reedição de Armando Cardoso no século XX, devemos ponderar sobre quais são as possibilidades de descrição do contexto linguístico em que se insere a produção textual anchietana, e o trabalho filológico de Cardoso, principal editor de Anchieta, modernamente (MOUTINHO, 1999, p. 18). Por terem sido os textos de Anchieta produzidos em data recuada historicamente, a abordagem pela historiografia da linguística, ou o aporte de análise histórica das ideias linguísticas, com seu aparato teórico, pode situar uma análise linguística contemporânea do corpus anchietano.

Entretanto, pelo fato de o século XVI nas Américas caracterizar-se por ser uma época centrada no contato linguístico, entre comunidades linguísticas autóctones e aquelas que cruzaram o Atlântico, há uma possibilidade de descrição teórico-metodológica, pelo viés da ecolinguística, para uma análise da América portuguesa em seu período inicial e uma

forma de se compreender os documentos coevos supervenientes, contexto da obra de Anchieta¹. Por fim, uma análise linguística da abordagem filológica do trabalho de Armando Cardoso, no trato com manuscritos e edições oriundas das tipografias renascentistas e outras fontes tardias, que compõem o corpus anchietano, é o método pelo qual podemos evidenciar e analisar questões de interpretação das obras de Anchieta em sua recepção contemporânea². Portanto, uma análise interdisciplinar é necessária para situar as obras de Anchieta nos estudos de linguagem contemporâneos e interpretá-las a fim de revelar as ideias linguísticas que estiveram presentes no período colonial do Brasil quinhentista.

As ideias linguísticas que circularam no Brasil quinhentista referiam-se, sobretudo, às tentativas de contato linguístico para o estabelecimento da colônia na América portuguesa. No século XVI, ainda que a expansão da colônia tenha se limitado ao território litorâneo, sucessivas tentativas de aproximação entre os povos envolvidos no processo marcaram o multiculturalismo inicial do Brasil, marca identitária esta que perdurou na época do Império independente, sendo contínua até os dias atuais. Para descrevermos a comunidade linguística que formava o Brasil quinhentista, um complexo ecossistema linguístico, devemos considerar alguns fatores de análise demográfica e de estimativas, através de documentos coevos, que representam os momentos iniciais de colonização e nos permitem ter uma visão parcial desta realidade.

O IBGE organizou uma obra intitulada: Brasil: 500 anos de povoamento, em que apresenta uma visão oficial do povoamento desde o início oficial do processo de colonização no Brasil. Os dados demográficos estimados dão uma ideia do que seria esta comunidade linguística inicial, o ecossistema linguístico do Brasil quinhentista. A população total da colônia variou de cerca de 15.000 indivíduos em 1550 para cerca de 100.000 indivíduos em 1600 (IBGE, 2000, p. 221), enquanto a população indígena total na época, no território do atual Brasil, foi estimada em cerca de 2.431.000 indivíduos de diversos grupos étnicos, distribuídos por todo o território (IBGE, 2000, p. 222). Inicialmente, a colônia estava organizada em núcleos litorâneos. Já a população africana, que desembarcou no Brasil e foi escravizada na colônia, pelo tráfico humano transatlântico, é estimada em cerca de 10.000 indivíduos entre 1531 e 1575 e cerca de 40.000 indivíduos, entre 1576 e 1600, totalizando cerca de 50.000 indivíduos em todo o século XVI (IBGE, 2000, p. 223). Os povos indígenas que integravam a colônia

1 Tendo em consideração as especificidades de obras do Brasil quinhentista, somente uma abordagem interdisciplinar é capaz de situá-las em parâmetros de análise linguística contemporânea. Teorias do contato linguístico, como a Ecolinguística, auxiliam na análise e interpretação destes escritos, já a metodologia da Filologia Românica auxilia no trato com manuscritos e edições coevas e, por fim, a abordagem pela Historiografia da Linguística permite traçar a recepção destes documentos por linguistas e filólogos no Brasil, que resgataram e comentaram estes textos fundamentais, esse edifício de concepções teórico-metodológicas permite uma releitura contemporânea e análise das obras do Brasil quinhentista.

2 A recepção da obra de Anchieta é um capítulo interessante do desenvolvimento da Filologia e da Crítica Textual no Brasil, envolvendo esforços de documentação desde a época de sua morte, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ainda na época do Império, posteriormente em publicações da Academia Brasileira de Letras e nas obras de Armando Cardoso, que, por fim, buscou editar suas obras completas.

habitavam as missões religiosas, sobretudo as jesuíticas, a partir da segunda metade do século, enquanto a população branca e mestiça habitava as vilas, já a população negra escravizada era levada às senzalas dos engenhos, até que fundassem os primeiros quilombos, ainda no século XVI, como resistência ao regime escravocrata. Nesta comunidade linguística complexa, que é o ecossistema linguístico da colônia tropical da América portuguesa, o Brasil quinhentista, se desenvolveu a obra de Anchieta.

POPULAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XVI

Ano de estimativa	População estimada
1550	15.000
1576	17.100
1583	57.000 (25.000 brancos, 18.000 índios, 14.000 negros)
1600	100.000 (30.000 brancos, 70.000 índios e negros)

Tabela 1. Estimativa de população do Brasil quinhentista (IBGE, 2000. p. 221.)

As ideias linguísticas no Brasil quinhentista referem-se sobretudo ao período inicial de colonização da América portuguesa e sua inserção nos domínios ultramarinos do reino absolutista de Portugal até a União Ibérica, entre 1580 e 1640, quando o controle territorial das colônias portuguesas passa da dinastia de Avis para os Habsburgos, ou Casa da Áustria, da Espanha, no final do século XVI (AGUILAR, 2002, p. 56). Dessa forma, dois elementos norteadores podem servir como elemento neste debate sobre as ideias linguísticas no Brasil quinhentista: a multiculturalidade, sob a égide do colonialismo quinhentista, e uma política de contato linguístico, que se desenvolvia inicialmente de forma empírica e, posteriormente, após institucionalização especializada pelas universidades renascentistas e pela organização da educação humanística, passou a operar oficialmente como política de ocupação territorial e missionária.

Para a descrição e análise da influência das ideias linguísticas no período inicial da imigração e colonização, de que resultou a origem do Brasil, é necessário investigar os registros documentais da época em busca de se compreender principalmente a vida cotidiana e o contato entre os povos autóctones e os povos que imigraram pelo Atlântico, vindos tanto da Europa ocidental quanto da África costeira, dessa forma, logrando construir um discurso historiográfico além daquele que apenas ressalta os conflitos iniciais, para se compreender como a colônia se estabeleceu e posteriormente se expandiu. Assim, para se evitar uma visão reducionista, em que indígenas, europeus e africanos formassem apenas classes antagônicas e complementares, é interessante analisar os grupos de indivíduos, as comunidades, em suas identidades específicas, em uma perspectiva baseada no contato linguístico que originou alianças, antagonismos e contribuiu para a formação da América portuguesa. Ainda que o projeto colonial fosse

único, sua execução se deu em ações independentes, envolvendo atores diversos e gerações sucessivas em redes de contatos e trocas culturais.

A disputa interna entre tribos e etnias indígenas em guerras constantes, pela ocupação da terra litorânea, desde a migração tupi, a rivalidade bélica e técnica entre reinos europeus pelo controle de rotas marítimas, os conflitos na África entre grupamentos islâmicos e tribais pela hegemonia territorial são fatores que demonstram ser inviável a construção de uma narrativa linear sobre a colonização do Brasil e dos atores envolvidos no processo. Não havia coesão entre indígenas, europeus e africanos no século XVI, a ponto de se pensar em uma concepção de nacionalismo ou uma ampla aliança. Ao mesmo tempo, para o olhar do século XXI, as maiores atrocidades da sociedade da época seriam o tráfico humano transatlântico, principalmente a diáspora africana, a escravidão, também a antropofagia indígena, esta largamente registrada em documentos da época, os métodos de tortura e execução, herança do período romano e medieval, empregados em disputas ideológicas e religiosas, pelos diversos grupamentos europeus. Um outro fator relevante sobre questões demográficas na ocupação das Américas teria sido o contato dos povos indígenas autóctones com uma série de doenças da Europa, da África e da Ásia, desenvolvidas no contato milenar entre os velhos continentes, doenças estas que depauperaram populações indígenas inteiras em larga escala, como armas biológicas invisíveis, sendo equivalentes à peste bubônica europeia medieval, agora no continente recém-batizado de América. Este fator, acrescido da escravidão compulsória, teria sido o principal responsável pelo despovoamento indígena do continente, tanto do México Asteca, quanto do Peru Inca, também do território do Brasil:

Conforme o antropólogo William Denevan, estima-se 50-60 milhões de pessoas viviam na América antes da chegada dos europeus. Até 1700, uma profusão de doenças introduzidas pelos europeus e seus animais reduziu esse número em 85-90%, para 6-7 milhões sobreviventes. O historiador ambiental Alfred Crosby chamou essa grande aniquilação de pandemia do solo virgem, pois os povos nativos não tinham imunidade às doenças introduzidas, que desembarcaram no que Crosby qualificou de “solo virgem”.

A lista de doenças introduzidas abrange quase tudo que a medicina moderna conhece: varíola, gripe suína, sarampo, tuberculose, coqueluche, antraz, brucelose, leptospirose e malária. Algumas doenças eram portadas pelos animais que os europeus traziam consigo, outras pelas pessoas em si, que originalmente as haviam contraído de seus animais. Os hospedeiros mais prolíficos de doenças eram os porcos, trazidos às Américas como fonte de alimento nos navios.

As evidências genéticas sugerem que os primeiros americanos tinham pouca imunidade a doenças porque seus ancestrais haviam vindo de regiões remotas do que hoje é a Sibéria — locais isolados das culturas mais afetadas por doenças nas partes mais quentes e tímidas da Eurásia meridional. Outra razão para a falta de imunidade entre os primeiros americanos era a ausência de pecuária, que acarreta muitas doenças que podem passar para os humanos. Os únicos animais domesticados nas Américas eram lhamas e alpacas, nas montanhas da América do Sul, onde as temperaturas frias tendem a conter as doenças (RUDDIMAN, 2015, p. 320).

Mesmo em uma sociedade com tão grandes dificuldades e carente de recursos tecnológicos, a ocupação territorial da América portuguesa foi bem-sucedida, tendo se desenvolvido uma civilização tropical incipiente, o Brasil, como colônia do vasto império ultramarino português, cujo principal aspecto seria o multiculturalismo inicial. Para o desenvolvimento da colônia, o contato linguístico seria fator central de desenvolvimento, tanto das atividades cotidianas, quanto de fortificação das vilas e missões indígenas. Dessa forma, devemos notar que não ocorrera uma linearidade neste desenvolvimento, havendo, ao contrário, registros de grandes descontinuidades, processos interrompidos e retomadas na tentativa de colonização, até que, por fim, como se por vida própria, em uma estreita faixa litorânea da América portuguesa, com uma comunidade linguística heterogênea, passasse a ver a si mesma como Brasil.

O marco zero na política de contato linguístico e a primeira tentativa oficial e registrada de contato no Brasil quinhentista estão descritos na Carta de Caminha. A frota de Cabral, que contava com intérpretes, como Gaspar da Gama, e religiosos como o franciscano Frei Henrique de Coimbra, em sua breve passagem nas Terras de Vera Cruz, registrada pelo escrivão Caminha, estabeleceu um padrão de tentativa de contato com os povos indígenas empírico que não seria inicialmente bem-sucedido, na Carta de Caminha há também a alusão de que o “barulho das ondas” teria impedido o contato linguístico:

No maravilhoso texto da certidão de nascimento da terra do Brasil, Pero Vaz de Carninha afirma que ninguém era capaz de compreender a língua dos dois primeiros indígenas que subiram a bordo da nau capitânia. A língua hebraica e o árabe, dos intérpretes a bordo da expedição, não lhes foram de valia alguma. E eram pelo menos dois intérpretes, Gaspar de Lemos e o mestre João, também autor de uma pequena carta sobre o descobrimento do Brasil. O hebraico de nada valeu, nem o português, nem o latim e o grego dos frades e clérigos.

Em face da impossibilidade de um mínimo de diálogo, segundo o relato de Caminha, os portugueses mostraram aos índios alguns elementos da biodiversidade portuguesa, para ver suas reações. Como Deus fez desfilar os animais diante de Adão para ver suas reações ao nomeá-los, os portugueses apresentaram aos índios os animais presentes nas caravelas: papagaios, galinhas, carneiros... Diante do papagaio do capitão, não manifestaram surpresa alguma. Seguraram a ave com a mão. Indicaram haver muitas parecidas em suas terras. E papagaios não faltavam. A ponto de o Brasil ser apontado nos relatos de informantes italianos do século XVI como a terra dos papagaios. Um carneiro não despertou a atenção dos indígenas, mas uma galinha — possivelmente cacarejando e debatendo-se — assustou-os a ponto de fugirem desse estranho animal (MIRANDA, 2004, p. 91).

Realmente, um oceano de mudanças e transformações linguísticas separava há milênios estes povos. Outra estratégia, a de deixar degredados e até a chegada repentina de naufragos às aldeias indígenas, teria resultados diversos, como ocorre com João Ramalho em São Vicente e o Caramuru na Bahia. Vejamos uma síntese em série de alguns momentos notáveis no século XVI, quanto à política de contato linguístico. Enumeramos fatos relacionados a uma história das ideias linguísticas para a compreensão da América portuguesa no século XVI, o Brasil quinhentista:

1500-1600: série de navegações costeiras, para registro cartográfico, cujo padrão segue o da frota de Pedro Álvares Cabral, com o uso de “línguas” e intérpretes, como Gaspar da Gama, e a participação de religiosos como Frei Henrique de Coimbra, aos quais se acrescentam especialistas em astronomia e cartografia, como Mestre João. Além da Carta de Caminha, há outros relatos desta viagem como a *Carta de Mestre João e a Relação do Piloto Anônimo*. Acrescem-se a estes relatos, por exemplo, outras navegações como a de Vespucci, relatada na *Novus Mundus*, a circum-navegação de Fernão de Magalhães, entre outras, que tiveram por objetivo mapear a costa das Américas e do Brasil, cujos registros cartográficos se encontram aglutinados na obra de Juan de La Cosa em 1500, *Planisfério de Cantino de 1502*, *Esmeraldo de situ Orbis de 1508*, *Atlas Lopo Homem-Reineis de 1519* e *Roteiro do Brasil de Luiz Teixeira de 1586*. A viagem de Vespucci em 1503 ao Brasil redundou na fundação da feitoria de Cabo Frio em 1504, em terras do povo Tupinambá, que depois cairia nas mãos de corsários franceses (MARINHA DO BRASIL, 2018).

1530-1532: Expedição do navegador e militar Martim Afonso de Souza às Américas, que culmina com a fundação da vila de São Vicente, tendo auxílio de João Ramalho e do chefe indígena Tibiriçá. A obra *Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil de Pero Lopes de Souza* é o principal registro desta época. A primeira aliança luso-tupi, entre portugueses e indígenas, em São Vicente, permitiria, efetivamente, o início do processo de colonização do Brasil, posteriormente o projeto das capitanias hereditárias e a percepção da necessidade de expulsão dos franceses, que contrabandeavam pau-brasil na costa. Nesta época os portugueses haviam apenas fixado feitorias no Brasil, para extração de pau-brasil (SOUZA, 1839).

1533: Registro de entrada dos primeiros africanos no Brasil, quando Pero de Gois, solicita 17 escravos para a fundação de um engenho de açúcar (PETRONE, 1995, p. 23).

1534: Estabelecimento das capitanias hereditárias, para tentativa de colonização do território da colônia. Os principais registros das capitanias hereditárias são as obras *Tratado da Província do Brasil* e *Tratado da Terra do Brasil*, de Pero de Magalhães Gândavo, editadas em conjunto na *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, publicada em 1576 em Lisboa, a obra *Tratado descritivo do Brasil de 1587*, escrita por Gabriel Soares de Souza e a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, publicada em 1627, mas que descreve eventos e fatos do século XVI (SILVA, 2014, p. 12 e seguintes).

1538-1548: Missão franciscana Mbiaça, a primeira missão indígena no Brasil, entre povoados carijós, em Laguna no atual território de Santa Catarina. A missão foi destruída pela ação de caçadores de escravos indígenas.

1548: Governo-geral em Salvador. O povoamento só se tornou possível após o estabelecimento de alianças com indígenas da região, o que está registrado na história de Caramuru, desde as primeiras décadas do século XVI.

1549: Segunda viagem de Hans Staden ao Brasil, que foi capturado por indígenas,

cujo relato se encontra na obra escrita em alemão *Duas Viagens ao Brasil*, publicada em 1557. Ano de chegada dos jesuítas ao Brasil e início das missões jesuíticas, de fundação dos colégios e escolas jesuíticas no Brasil.

1551: Fundação do Bispado do Brasil.

1554: Os jesuítas fundam seu segundo colégio, que dá origem posteriormente a São Paulo.

1554-1567: Confederação dos Tamoios entre indígenas Tupinambá, Goitacaz e Aimoré, entre outros, liderada por Cunhambebe, em sua fase derradeira. Nóbrega e Anchieta ficaram reféns dos indígenas confederados. A obra de De Beata Virgine Dei Matre Maria de Anchieta foi escrita neste contexto.

1555-1567: Tentativa de colonização francesa no Brasil, do Rio de Janeiro a Cabo Frio, com o estabelecimento da França Antártica, em aliança com indígenas Tupinambás. Na tentativa francesa de fundar uma colônia, financiada por Gaspar de Coligny, havia calvinistas e católicos. As obras de Jean de Léry e André Thévet registram o episódio.

1555-1673: Guerra dos Aimoré, que impediu a colonização de trechos de Bahia e Espírito Santo.

1572-1577: Divisão do Brasil em dois Estados, ao Norte com a capital em Salvador, ao Sul, com o Rio de Janeiro, a administração é reunificada em seguida.

1573: Primeiro quilombo registrado no Brasil.

1580: União Ibérica, sob a Casa da Áustria.

1586-1599: Guerra dos Potiguara, para a colonização da Paraíba.

1595: Captura do Recife por piratas ingleses.

1597: Morte de S. José de Anchieta, no Espírito Santo.

Para o estabelecimento de vilas e cidades, no desenvolvimento das capitanias, foram necessárias alianças entre portugueses e indígenas Tupi, sobretudo para se opor à aliança entre franceses e Tupinambá no século XVI. Em Salvador, Diogo Álvares Correia, o náufrago que se tornaria Caramuru, foi um dos responsáveis pelo estabelecimento da colônia e das alianças na região. Em São Vicente, João Ramalho e o chefe indígena Tibiriçá em sua aliança permitiram a criação da colônia, já no Rio de Janeiro, o chefe indígena dos Temiminó, Araribóia, auxiliou Estácio de Sá e os portugueses nos combates contra franceses e os Tupinambá, para a fundação do Rio de Janeiro em 1565. Em Pernambuco e na Paraíba, Piragibe, cacique dos Tabajara auxiliou a colonização portuguesa. Dessa forma, podemos evidenciar que o projeto de colonização no século XVI não foi exclusivamente uma transferência populacional europeia aos trópicos, antes foi um projeto de civilização construído por alianças locais. Da mesma maneira que os europeus dominavam as rotas marítimas no oceano Atlântico, os indígenas Tupi dominavam as rotas terrestres na mata Atlântica, e apenas de uma aliança luso-tupi costeira a colônia poderia se desenvolver, graças a caciques como Tibiriçá, Arariboia, Piragibe e os que acolheram Caramuru.

Havia, então, em fins do século XVI, cerca de 14 vilas e três cidades no Brasil

quinhentista, também feitorias e fortificações, além de igrejas, mosteiros e conventos de ordens religiosas diversas, a que se somam missões indígenas, escolas e colégios jesuíticos. Em relação às atividades econômicas, havia fazendas, engenhos e lavouras. De certa forma, pode-se afirmar que o Brasil quinhentista se integrava culturalmente aos reinos absolutistas europeus pelas navegações ao longo do século, e que, em fins do século XVI, já apresentava estabilidade:

Além da ação missionária da Societas Iesu no Brasil do século XVI, cuja ordem pontífice fora fundada no ano de 1534, com finalidade de levar o cristianismo aos confins do globo, outras ordens participaram do projeto de colonização da América Portuguesa, como os Franciscanos. Estes empreenderam uma missão no litoral de Santa Catarina, na localidade de Laguna, conhecida por Mbiaça, entre 1538 e 1548, com povoados carijós (COSTA, 2011, p. 1-2), a Ordo Fratrum Minorum ergueu conventos em Recife e Olinda em 1585, em Igarapé em 1588, na Paraíba em 1589, e em Vitória em 1591. Já os Beneditinos ergueram mosteiros em Salvador em 1582, no Rio de Janeiro em 1590, tendo chegado a São Paulo em 1598. Os Carmelitas, por sua vez, ergueram conventos em Olinda em 1583, em Salvador em 1586, em Santos em 1589, no Rio de Janeiro em 1590, em Angra dos Reis em 1593, em São Paulo em 1594, o que marcava outro aspecto multicultural do projeto missionário (KALTNER, 2016, p. 51).

Acresce-se a essa informação um mosteiro beneditino fundado em Olinda, cuja obra foi iniciada em 1599. A política missionária visava aprofundar o vínculo entre indígenas e europeus, o que evitaria conflitos e a predominância de uma militarização da colônia, logo o processo de ocupação territorial permitiria o surgimento de instituições mais complexas do que as feitorias iniciais, o que levaria a colônia a integrar-se culturalmente aos outros continentes, ainda que sob o viés do colonialismo:

O padre Manuel da Nóbrega, conhecido como o grande defensor dos índios, em suas décadas à frente dos jesuítas no Brasil, teve papel ativo no processo de colonização e catequização dos índios. Coube a ele colaborar ativamente na fundação da aldeia de Piratininga (1553), que tornar-se posteriormente a cidade de São Paulo, no Colégio de São Paulo (1554) e na cidade do Rio de Janeiro (1565). Entretanto, a maior contribuição ocorreu na área educacional, sendo sua contribuição ainda maior, pois sob seu comando foram fundadas cinco escolas de instrução elementar (em Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo de Piratininga) e três colégios (no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia) (SHIGUNOV NETO, 2008, p. 177).

As três cidades fundadas no Brasil quinhentista foram Salvador da Bahia de Todos os Santos, em 1549, São Sebastião do Rio de Janeiro em 1565 e Filipeia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, na Paraíba, em 1585. Além destas três cidades, havia cerca de 14 vilas, como descritas em tabela a seguir:

Nordeste	
1536	Vila de Igarapé, em Pernambuco
1537	Vila de Olinda, em Pernambuco
1599	Vila de Natal, no Rio Grande do Norte

Leste	
1535	Vila de Porto Seguro, na Bahia
1536	Vila de São Jorge dos Ilhéus, em Ilhéus
1536	Vila de Santa Cruz, em Santa Cruz Cabralia
1551	Vila do Espírito Santo, no Espírito Santo
1551	Vila de Nossa Senhora da Vitória, em Vitória
1590	Vila de São Cristóvão, em Sergipe
Sul	
1532	Vila de São Vicente, em São Paulo
1545	Vila de Santos, em Santos
1558	Vila de São Paulo de Piratininga, em São Paulo
1561	Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, em Itanhaém
1600	Vila de São João Batista da Cananeia, em São Paulo

Tabela 2. Vilas do Brasil quinhentista (AZEVEDO, 1992, p. 29)

AS FONTES DO DGMS

As obras de S. José de Anchieta (1534-1597), SJ representam diversos aspectos do Brasil quinhentista. É lugar-comum sempre notar que sua obra foi escrita em quatro línguas: português, espanhol, tupi e latim, sendo este um dos traços que marcam o processo de contato linguístico e intercultural da colônia. O principal editor da obra de Anchieta foi o filólogo e linguista Pe. Armando Cardoso, que ao longo de décadas publicou pesquisas pioneiras, em busca de editar os Monumenta Anchieta, as obras completas de Anchieta, em um trabalho filológico complexo.

Dos volumes que compõem os Monumenta Anchieta, o poema epicum De Gestis Mendi de Saa escrito em latim renascentista se destaca por ser a primeira obra editada por Armando Cardoso, também por ter sido o primeiro texto literário das Américas a ser publicado em livro, em Coimbra no ano de 1563, sendo uma epopeia anterior a Os Lusíadas de Camões. Armando Cardoso editou o De Gestis Mendi de Saa, a partir de duas fontes textuais: a editio princeps de 1563 e o Manuscrito de Algorta, fonte mais tardia (ANCHIETA, 1970).

Armando Cardoso publicou em 1958 uma edição do poema De Gestis Mendi de Saa baseada na sua única fonte conhecida até então, o Manuscrito de Algorta, apenas em 1970, seria publicada uma segunda edição, já com o cotejo entre as duas fontes conhecidas da obra: a editio princeps de 1563, publicada em Coimbra e o Manuscrito de Algorta, sendo esta edição de Armando Cardoso o trabalho filológico e linguístico mais completo sobre o poema anchietano.

Um excerto do poema, pela editio princeps de 1563 (ANCHIETA, 1997): versos 203-240

*Mens eadem sanctis Rectorem auertere caeptis,
Et tentare virum, si possint forte precando,*

Aut obtestando, quod menti insederat altae, 205
Consilium mutare, adeunt sermones omnes
Instructi pariter Praetorem, ac talia fantur:
“Magne gubernator, cui felicissimus orae
Australis rex Ioannes commisit habenas
Numinis aeterni auspicio, tibi tradita nostri 210
Cura fuit, cunctos tranquilla ut pace gubernes,
Invigilesque omni communi ex parte saluti,
Turbine composito bellorum: qualia iura,
Quasue paras leges crudeli imponere genti?
Bella vetas Indis? Qua tandem pace fruemur 215
Assiduo inter se certent nisi Marte, cruentos
Explentes animos? Quanam ratione quod optas
Posse putas fieri? Carnes dediscat amare
Barbarus humanas? Laniatur uiuere tigres
Desinat, aut uitulos saeui lacerare leones, 220
Innocuasue lupi pecudes? Prius aequore in alto
Desierit vastum balena replere barathrum
Piscibus, in vácuo timidas prius aere nisus
Cesset aues raptare audax, leopresque volatu
Tollere, summa petens pedibus louis armiger uncis, 225
Quam gens humanas Brasillica mandere carnes.
Ergo age quid tentes, cauta circumspice mente,
Ne prohibe pugnis sese, belloque laccessant
Mutuo, et hostiles immani funere carnes
Discerpant, assent, corrodant more paterno 230
Morsibus assuetis, celebrent solemnia auorum
Festa sine, immites ne in nos conuertere tentent
Forte manus, penitusque feras crudelibus iras
Exercere velint bellis, nosque ense trucident,
Vxores, natosque et multis cladibus urbem 235
Incestent, tu tantorum, tu causa malorum,
Perpetuaeque reus noxae, fusique cruoris
Debitor unus eris, praedicimus ecce monentes,
Indorum mores edocti ex tempore longo,
Naturam gentis qui iam bene nouimus huius” 240

Tradução

A mesma mentalidade em afastar o dirigente de seus sagrados afazeres,
 Caso pudessem, por acaso, tentar o homem por imprecações
 Ou por objeções, pelo fato de que assentara no fundo da alma
 205

Mudar suas resoluções. Todos se reúnem em suas falas,
 Instruídos, igualmente, quanto ao governador e lhe falam tais palavras:
 “Grande governador-geral, a quem o felicíssimo rei
 D. João III enviou para o comando do território do Sul,
 Com o auspício da eterna divindade, a ti foi oferecido
 O cuidado de nós, para que nos governe reunidos em tranquila paz,
 E descansados, de toda parte, em comum segurança,

210

Acalmada a tempestade das guerras. Quais direitos,
 Quais leis preparas, para impor à cruel gente?
 Vetas as guerras aos índios? Então, fruímos de qual paz, 215
 Senão quando, com assídua guerra, entre si, eles combatam, externando
 Ânimos sangrentos? Por qual razão, pois, acreditas
 Poder, o que julgas, ser feito? Deixaria de amar carnes
 Humanas, o bárbaro? O tigre deixaria de viver
 Sem o corpo dilacerado, ou os selvagens leões de lacerar novilhos, 220
 Ou os lobos, rebanhos inocentes? Antes, no alto-mar,
 Pararia a baleia de encher seu vasto bártro
 Com peixes, antes a águia do mar no céu vazio cessaria
 De raptar aves, audaz; ou a águia de Júpiter, armada
 Com suas garras, de capturar lebres em voo, buscando as alturas, 225
 Do que o povo do Brasil deixar de se alimentar de carnes humanas!
 Logo, age, observa o que tentas com a mente cautelosa:
 Não proibas que se destruam em combates e pela guerra
 Mútua, e estraçalhando as carnes dos inimigos em funeral
 Terrível as assem, e corroam no costume paterno 230
 Com acostumadas mordidas; não deixes que celebrem as solenidades
 Dos antepassados sem festa, para que não tentem voltar-se contra nós furiosos
 Seus braços, porém; e queiram, internamente, direcionar sua feroz ira
 Em guerras sangrentas, e nos trucidem, esposas e filhos, pela espada
 E manchem a nossa cidade com muitas calamidades
 235
 Tu serás o único devedor e causa de tão grandes males,
 Réu, também, desta ruína perpétua, e do sangue derramado.
 Eis que, aconselhando o avisamos, nós conhecedores
 Dos costumes dos índios de longo tempo,
 Nós que já conhecemos bem a natureza desta gente". 240

COMENTÁRIOS

Trata-se este excerto de um comunicado que os colonos europeus dão ao governador-geral Mem de Sá sobre a sua decisão de estender a legislação vigente na colônia da América portuguesa aos povos indígenas, garantindo-lhes direitos. A legislação portuguesa na época era baseada nas Ordenações Manuelinas. O discurso é um contraditório da população europeia à decisão do governador-geral e demonstra como os colonos agiram em relação à assimilação administrativa dos povos indígenas no estabelecimento inicial do Brasil quinhentista. Os argumentos centrais do discurso são as constantes guerras e antropofagia, como traços conflitantes entre colonos europeus e os povos indígenas naquela geração do século XVI que Anchieta descreve na Bahia.

Posteriormente, Mem de Sá, que não aceitaria a sugestão dos colonos, fundaria vilas, igrejas e auxiliaria a fundação das missões jesuíticas, surgindo uma sociedade colonial em que os indígenas que não integrassem o projeto colonial continuariam vivendo em suas aldeias tribais, até que o projeto colonial os atingisse. Já os indígenas

cristianizados viveriam paralelamente em missões, separados dos colonos europeus, estes, por sua vez, em vilas e cidades, estando também apartados das fazendas e dos engenhos, em que predominava a população escrava, inicialmente indígena. Já a população africana escravizada viveria em senzalas, enquanto aqueles que conseguissem a liberdade pela fuga viveriam nos quilombos. Apenas a população miscigenada teria um trânsito livre entre esses espaços, que começavam a ser etnicamente delimitados.

As atividades cotidianas eram relacionadas sobretudo à subsistência, e o único empreendimento rentável que justificava a colonização eram inicialmente a coleta de pau-brasil em feitorias e o cultivo da cana-de-açúcar, após as primeiras décadas, a que se acresceriam produtos como tabaco, couro, entre outros, posteriormente. Enquanto as atividades econômicas se desenvolviam com maior produtividade no Nordeste, as vilas e cidades do Sul amargavam uma vida extremamente simples, no limiar da miséria, causada por doenças, fome e constantes conflitos.

CONCLUSÃO

Para uns, na época, o Brasil era um novo reino, para outros uma nova tribo, para uns era o cativo vitalício, para outros, terras de novos quilombos, para uns a oportunidade de navegar, enriquecer, saquear, para outros significava novas terras para plantio, lugar para renovar a fé. De qualquer forma, porém, a única certeza que havia sobre o Brasil quinhentista era a de que o que estava surgindo na América portuguesa era um novo mundo, uma nova sociedade, integrada ao velho mundo, como uma província, a última de suas fronteiras, antes de o mundo ser reconhecido como um globo, orbis terrarum, algo finito.

As memórias escritas desta época só chegam aos dias atuais como vestígios, apenas pela perspectiva dos letrados, cujos textos se conservaram, e os escassos resquícios arqueológicos, que nos permitem tecer considerações sobre esta época. No mais, a própria sociedade brasileira resguarda em si estas memórias longínquas do início do período colonial, algumas traumáticas, como o racismo, resquício do período escravista, por exemplo. Há uma memória de fundo coletivo e anônimo na transferência e na manutenção da língua portuguesa no Brasil, perceptível nos costumes populares, na tradição oral, nas celebrações religiosas. As paisagens litorâneas paradisíacas e tropicais, lado a lado à resistência indígena e quilombola, a religiosidade, as festividades, se confrontadas aos textos que sobreviveram desde o século XVI no Brasil, podem nos ajudar a entender o mínimo sobre aquelas gerações de indivíduos que fundaram a antiga América portuguesa no século XVI.

A obra de Anchieta no Brasil quinhentista revela todo o aspecto multicultural do início do processo de colonização da América portuguesa, revelando seus conflitos, mas também o longo processo de construção de uma civilização tropical, cujo cotidiano está registrado em diversos autores e se desenvolveu ao se expandir de uma estreita

faixa litorânea em direção aos sertões, ocupando grande território até o momento de sua Independência. Na obra de Anchieta, encontramos o registro de uma época em que a América portuguesa começava a se consolidar.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Jurandir Coronado. Conquista Espiritual. A história da evangelização na Província Guairá na obra de Antônio Ruiz de Montoya, S.I. (1585-1652). Roma: Editrice Pontifica Università Gregoriana, 2002.

ANCHIETA, José de. De Gestis Mendi de Saa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1958.

ANCHIETA, José de. De Gestis Mendi de Saa. São Paulo: Loyola, 1970.

ANCHIETA, José de. De Gestis Mendi de Saa. Edição fac-similada. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial. Terra Livre, Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros, 10, (1992), p. 23-78.

IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

KALTNER, Leonardo Ferreira. O latim na colonização do Brasil quinhentista. Caderno de Letras da UFF, 26, n.53, (2016), p. 39-60.

MARINHA DO BRASIL. Hidrografia e navegação 1500-1822. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=en/node/84>, último acesso 02 de março de 2018.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. O descobrimento da biodiversidade. A ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI. São Paulo: Loyola, 2004.

MOUTINHO, Murillo. Bibliografia para o IV Centenário da morte do Beato José de Anchieta. São Paulo: Loyola, 1999.

PETRONE, Pasquale. Aldeamentos paulistas. São Paulo: EdUsp, 1993.

RUDDIMAN, William F. Terra transformada. Porto Alegre: Bookman, 2015.

SHIGUNOV NETO, A. & MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. Educar, 31, (2008), p. 169-189. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11>, último acesso 02 de março de 2018.

SILVA, Nelson Ricardo da & NEPOMUCENO, Luís André. A legitimação do Império: cronistas portugueses na colonização do Brasil (séc. XVI). Revista Crátulo, 7, (2014), p. 12-24. Disponível em: http://cratilo.unipam.edu.br/documents/32405/665422/A-iso-8859-Legitimao_do_Imprio-cronistas_portugueses_na_co_lonizao-do-Brasil.pdf, último acesso 02 de março de 2018.

SOUZA, Pero Lopes de. Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza 1530-1532. Por Francisco Adolfo de Varnhagen. Lisboa, 1839.

VILAR, Gilberto. O primeiro brasileiro: Bento Teixeira, poeta. São Paulo: Marco Zero, 1995.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração pública 81, 82, 88, 90, 91
Aquisição da escrita 119, 127, 130
Aquisição de língua de sinais 34
Armamento 11, 15

B

Bíblia Sagrada 11, 12
Brecha informacional 81, 82, 84

C

Cinema 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169
Comandos de escrita 17, 18, 22, 23, 31
Comunicação 3, 5, 13, 19, 22, 24, 35, 36, 37, 42, 43, 51, 71, 74, 76, 78, 79, 83, 85, 89, 102, 105, 106, 107, 108, 114, 115, 116, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 145, 149, 152, 162, 173, 176, 179, 190, 191, 200, 210, 217
Concepção de língua(gem) 71, 78, 79, 192

D

Democracia 81, 82, 84, 85, 87, 90, 92, 131, 192, 193

E

Educação 9, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 54, 55, 56, 57, 60, 71, 77, 78, 79, 80, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 105, 106, 117, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 158, 159, 182, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 200, 201, 202, 217
Educação bilíngue 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 45, 78, 79, 106
Educação inclusiva 34, 35, 37, 39, 41, 42, 96, 97
Ensino 1, 2, 3, 9, 10, 17, 18, 19, 21, 23, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 42, 43, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 70, 71, 73, 77, 78, 80, 97, 98, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 129, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157, 158, 159, 168, 171, 172, 173, 176, 180, 181, 182, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 217
Ensino a distância 171, 182
Ensino de língua 54, 77, 80, 118, 171, 182, 189, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202
Ensino fundamental 17, 18, 23, 32, 33, 42, 56, 80, 100, 104, 106, 119, 121, 122, 125, 129
Ensino híbrido 147, 148, 149, 150, 159
Equipe multidisciplinar 96, 98, 99, 102
Escola 10, 17, 19, 20, 22, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 57, 80, 98, 99, 101, 102, 103, 118, 119, 120, 121, 122, 128, 147, 148, 149, 152, 153, 158, 182, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202
Espanhol 66, 105, 106, 110, 111, 115, 116, 117, 205
Estímulos 96, 97, 98, 101, 134

Estratégia de Comunicação 105

Estudos anchietanos 58

F

Fenômenos fonéticos 183, 184

G

Gêneros textuais 1, 2, 10, 17, 107, 115, 154, 189, 201, 202

H

História 15, 24, 25, 39, 53, 62, 63, 70, 77, 78, 79, 110, 126, 130, 142, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 186, 188, 192, 193, 194, 196, 197, 201, 215, 216

Historiografia da linguística 58, 59

I

Identidade 37, 40, 47, 51, 55, 57, 78, 87, 120, 161, 176, 183, 184, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 198, 199, 200

Inclusão 4, 12, 15, 43, 44, 78, 84, 85, 86, 87, 96, 103, 106, 116, 158

Interação 3, 19, 22, 23, 32, 38, 40, 41, 42, 43, 51, 55, 71, 76, 77, 78, 79, 80, 87, 92, 120, 133, 134, 137, 150, 151, 153, 157, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 190, 191, 197

L

Lei 14, 41, 44, 79, 80, 88, 106, 131, 139, 140, 143, 146, 193, 194, 201, 202, 203

Língua 1, 2, 9, 12, 13, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 62, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 159, 171, 175, 176, 182, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Língua de sinais 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 71, 76, 80, 117, 118

Linguagem cidadã 81, 82, 84, 91

Linguística 7, 11, 15, 35, 36, 37, 40, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 89, 92, 93, 108, 110, 117, 118, 119, 122, 126, 128, 129, 130, 158, 173, 174, 178, 182, 190, 194, 199, 200, 201, 203, 204, 211, 216

Linguística histórica 130, 203, 204, 216

Livros didáticos 17, 18, 31, 195, 198

M

Mecanismos de junção 119

Metaplasmos 183, 187, 188

Metodologias ativas 147, 148, 149, 150, 152, 157, 158, 159

Motivação 20, 26, 30, 31, 32, 96, 97, 100, 102, 104, 129, 157

Mudança linguística 54, 130, 203

N

Narrativa 25, 39, 61, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 198, 199

P

Pistas de contextualização 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 181, 182

Política 11, 21, 35, 36, 41, 42, 45, 50, 60, 62, 65, 71, 72, 79, 82, 85, 93, 117, 165, 166, 198, 200, 215

Português moderno 203, 204, 206, 211, 213, 214, 215

Preposição 203, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 212, 213, 214

Processos 40, 44, 50, 52, 62, 83, 85, 100, 102, 103, 130, 133, 136, 149, 150, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 191, 194, 197

Produção discursiva 189, 192, 198

R

Relações étnico-raciais 189, 194, 200, 201, 202

S

Santa Cruz 63, 66, 160, 162, 164, 165, 169

Sequência didática 1, 147, 152, 153, 158

Sociedade 11, 13, 16, 20, 37, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 52, 55, 56, 57, 61, 62, 68, 69, 72, 73, 76, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 93, 116, 131, 134, 144, 148, 149, 150, 152, 153, 161, 163, 164, 166, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200

Surdo 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 118

T

Tradição discursiva 119, 126, 130

Tradução intralinguística 81, 82

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-760-4



9 788572 477604